

Efeitos Indesejáveis das Microfinanças: Aumento do Trabalho Infantil, em Determinados Contextos?

por Christian Lehmann, Paris School of Economics, e Guilherme Hirata, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

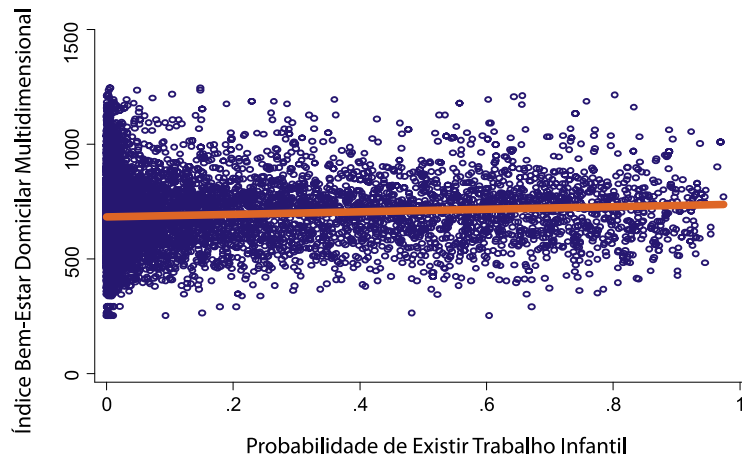
Um número cada vez maior das políticas adotadas nos países em desenvolvimento busca o empoderamento das mulheres através do empreendedorismo feminino. Muitas instituições microfinanceiras (IMFs), por exemplo, concedem empréstimos exclusivamente às mulheres. Tais empréstimos são geralmente complementados com oficinas de capacitação em atividades empresariais, tais como a produção de artesanato, roupas ou alimentos para venda em mercados locais. Embora haja provas de que essas estratégias tenham sido exitosas no empoderamento das mulheres (Panjaitan-Drioadisuryo e Cloud, 1999), não se sabe exatamente como este aumento no índice de trabalho não-doméstico das mães afeta as horas de trabalho de seus filhos. Nos poucos estudos disponíveis, os resultados são ambíguos: ver, por exemplo, Hazarika et al. (2007) e Dehejia e Gatti (2002). Baseado em um estudo sobre o México (Lehman, 2010), este One Pager indica que as políticas de incentivo às atividades empresariais das mulheres podem levar a um aumento do trabalho infantil. Ele postula que o fornecimento de infra-estruturas de apoio familiar e/ou social (escolas em tempo integral e creches) e/ou políticas de estímulo ao investimento no futuro das crianças podem ajudar a mitigar estes impactos não-intencionais.

A maior parte do trabalho infantil está associada ao trabalho familiar: ver, por exemplo, Basu e Tzannatos (2003). Famílias atingidas pela pobreza muitas vezes dependem da contribuição dos filhos para alcançar um nível de renda familiar que assegure sua subsistência. Isto sugere que o aumento da renda familiar e, portanto, a redução do nível de pobreza das famílias provavelmente causaria uma redução na incidência do trabalho infantil. No entanto, parece que a redução do nível de pobreza das famílias é uma condição necessária, mas não suficiente, para a redução do trabalho infantil, uma vez que outros fatores — tais como as preferências dos pais — determinam se as crianças irão trabalhar ou não. Números ilustram este fato: uma análise dos dados referentes às áreas rurais do México revela que as crianças de famílias mais “abastadas” têm, em média, a mesma chance de trabalhar que as crianças de famílias mais pobres. Além disso, a probabilidade da criança trabalhar aumenta em 43 por cento caso a mãe trabalhe, independentemente do nível de pobreza das famílias.

Por que observamos esta forte relação entre o trabalho materno e o trabalho infantil? Nota-se que, dentre outros fatores, a falta de instituições voltadas para as crianças (escolas adequadas e outras) costuma forçar as mães a levar seus filhos consigo para o trabalho. Sem qualquer acompanhamento materno ou institucional, as crianças acabam sendo expostas a uma série de riscos, tais como brincadeiras em locais perigosos (ruas, lixões e outros) ou envolvendo-se com as “pessoas / atividades erradas” (casos extremos incluem o tráfico de drogas, como acontece em muitas favelas brasileiras). Devido à falta de instituições adequadas, a única opção de monitoramento viável que a mãe tem é levar a criança para o local de trabalho. Assim, políticas que encorajam a atividade empresarial das mulheres e que, por extensão, aumentam a oferta de mão-de-obra feminina podem trazer também a externalidade negativa — e não-intencional — de aumentar o índice de trabalho infantil.

Tais efeitos negativos e não-intencionais podem ser consequências de políticas sociais desconectadas. O exemplo acima mostra que os programas de fomento do espírito empresarial feminino podem necessitar de um quadro integrado de políticas, que inclua todos os membros do domicílio e também da comunidade, a fim de evitar um aumento do trabalho infantil. Neste caso, por exemplo, a combinação das políticas de empreendedorismo feminino e dos programas de transferência condicional de renda (CCT, Conditional Cash Transfer) parece ser uma estratégia integrada e promissora. Isso ocorre porque tais programas geralmente exigem frequência regular das crianças na escola, como condição para o recebimento da transferência. Isto, por sua vez, exerce pressão — do lado da oferta — para a construção de novas escolas ou expansão da capacidade das escolas na comunidade (Perez Ribas et al., 2008).

Bem-Estar Domiciliar Multidimensional x Probabilidade de Existir Trabalho Infantil



Referências:

- Basu, K. e Z. Tzannatos (2003). 'The Global Child Labor Problem: What Do We Know and What Can We Do?', World Bank Economic Review 17 (2), 147–173. Washington, DC, Banco Mundial.
- Dehejia, Rajeev H. e Roberta Gatti (2002). 'Child Labor: The Role of Income Variability and Access to Credit in a Cross-Section of Countries', World Bank Policy Research Working Paper 2767, site do Banco Mundial, <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2002/02/16/000094946_02020604053756/Rendered/PDF/multi0page.pdf>.
- Hazarika, Gautam e Sudipta Sarangi (2007). 'Household Access to Microcredit and Child Work in Rural Malawi', Department of Economics Working Paper 2007-09, Louisiana State University website, <http://www.bus.lsu.edu/economics/papers/pap07_09.pdf>.
- Lehmann, C. (2010). 'Women's Labour Supply and Child Labour—What Is the Relationship?' Paris, Paris School of Economics. Documento mimeografado.
- Panjaitan Drioadisuryo, Rosintan D. M. e Kathleen Cloud (1999). 'Gender, Self-Employment and Microcredit Programs: An Indonesian Case Study', Quarterly Review of Economics and Finance 39 (5), 769–779.
- Perez Ribas, Rafael, Fabio Veras Soares e Guilherme Issamu Hirata (2008). 'Achievements and Shortfalls of Conditional Cash Transfers: Impact Evaluation of Paraguay's Tekoporã Programme', IPC Evaluation Note 3. Brasília, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.